



LICENÇA SIMPLIFICADA POR AUTODECLARAÇÃO Nº 402AC/2023

Validade até: 14/09/2025

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, expede a presente Licença que autoriza a:

Nome/Razão Social: **WAGNICILDA PEREIRA DE MELO**

CPF/CNPJ: **616.814.743-87**

Endereço: **SITIO CUTIA, nº 3480, DISTRITO DE SANTA FELICIA, ZONA RURAL.**

Município: **ACOPIARA-CE.**

Processo: **402/2023**

SPU SMA: **402/2023**

LICENÇA SIMPLIFICADA POR AUTODECLARAÇÃO (LSA) PARA ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS SEM ABATE – BOVINOCULTURA – SEMI EXTENSIVO, COM PROJETO DE CRÉDITO RURAL PARA AQUISIÇÃO DE GARROTES BOVINOS NO VALOR DE R\$ 28.400,00 (VINTE E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS), NO SÍTIO TATAIRA, S/N, NO MUNICÍPIO DE ACOPIARA – CE, ZONA RURAL, NAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS – LATITUDE 06°10'25,88" S; LONGITUDE 39°19'16,73" O (SOB CÓDIGO 01.01), EMBASADA NO PARECER TÉCNICO – PT Nº 402AC/2023.

CONDICIONANTES GERAIS

1. Esta Licença **não autoriza** a supressão vegetal;
2. Esta Licença **não autoriza** a construção de açudes, barragens, diques, canais ou adutoras;





3. Fica **proibido intervenções em Área de Preservação Permanente – APP** para a implantação do empreendimento ou desenvolvimento da atividade;
4. **Esta licença não autoriza** intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, Unidades de Conservação da Natureza, terras indígenas administradas pela FUNAI, Quilombolas e/ou Assentamentos Rurais (INCRA).
5. Esta licença **NÃO AUTORIZA** a construção de cerca sem o uso de madeira regularizada, nem qualquer tipo de intervenção na vegetação caatinga sem a devida autorização pelo órgão competente;
6. Submeter à prévia análise da SMA qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento ou atividade;
7. **Manter esta Licença e demais documentos** relativos ao cumprimento das condicionantes estabelecidas **disponíveis à fiscalização da SMA;**
8. **Afixar**, em local de fácil visualização, a **placa indicativa do Licenciamento Ambiental**, conforme modelo disponibilizado pela SMA;
9. O empreendedor deverá **zelar pela conservação do solo e da água por meio de adoção de boas práticas agronômicas de manejo e conservação do solo e da água**, de modo a minimizar os impactos ambientais advindos de suas atividades, bem como de cumprir as determinações da legislação ambiental vigente;
10. O empreendedor deverá **zelar pela qualidade da água dos corpos hídricos**, bem como das Áreas de Preservação Permanente – APPs, conforme estabelece a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
11. Providenciar o **manejo adequado solo, das pastagens e das águas pluviais, modo a evitar erosões e impactos ambientais negativos à APP e corpos hídricos superficiais e/ou subterrâneos;**
12. Quanto as embalagens de produtos químicos e veterinários deverão ser armazenados de forma adequada até o encaminhamento para empresas regularizadas.
13. Fica **proibida a incineração dos resíduos sólidos** gerados na atividade, conforme Lei Federal nº 9.605, de fevereiro de 1998;
14. Qualquer modificação da atividade deverá ser avisada previamente à SMA, estando o interessado sujeito às sanções previstas na Lei Federal Nº 9.605 de 1998 - Lei de Crimes Ambientais

ADVERTÊNCIA: O descumprimento das condicionantes da presente licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais;



A Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente de Acopiara, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra:

- I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
- III. Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde

ADVERTÊNCIA: A constatação da falsa declaração implica em suspensão ou cancelamento da licença expedida, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, bem como do dever de recuperar os danos ambientais causados, conforme Artigo 27, da Resolução COEMA N° 02, de 11 de abril de 2169

ADVERTÊNCIA: A atividade contemplada nesta Resolução está sujeita ao monitoramento e fiscalização pelo órgão ambiental competente, para fins de verificação de veracidade das informações prestadas pelo ente público interessado, conforme Art. 39, da Resolução COEMA N° 02/2169

CONDICIONANTES DE PRAZO

1. Publicar o recebimento desta Licença no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, em cumprimento à Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei Federal - N° 10.650, de 16 abril de 2003, ao Decreto Federal N° 99.274 de 06 de junho de 1990 e a Resolução CONAMA N° 006, de 24 de janeiro de 1986, complementada pela Resolução CONAMA N° 281 de 12 de julho de 2001;
2. Afixar, no local do empreendimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, placa indicativa do licenciamento ambiental, de acordo com a legislação municipal, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria de Meio Ambiente de Acopiara;
3. A renovação desta Licença poderá ser protocolada em até 60 (sessenta) dias de antecedência da expiração do seu prazo de validade, o que lhe conferirá a prorrogação automática de seu prazo de validade até a manifestação definitiva da Secretaria de Meio Ambiente de Acopiara. Caso o interessado protocole o pedido de renovação antes do vencimento da Licença, porém após o prazo, não terá direito à prorrogação automática da validade da Licença.





4. Realizar, em até 90 (noventa) dias, a doação e plantio de 20 (vinte) mudas de espécies nativas dentro da área de APP do corpo hidrico próximo da propriedade, caso este esteja dentro dos limites da mesma. Caso não esteja, realizar a doação e plantio das 20 (vinte) mudas à Secretaria de Meio Ambiente de Acopiara. O empreendedor deverá elaborar relatório, com registro fotográfico, a fim de comprovar o plantio das referidas mudas.

Estas são as considerações.

Acopiara, 14 de setembro de 2023.



Francisco Silva Cavalcante Filho
Secretário do Meio Ambiente
PORTARIA N° 250/2023

FRANCISCO SILVA CAVALCANTE FILHO
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

